

O caráter temporário do auxílio social

As políticas sociais devem se concentrar em estabelecer um mínimo de igualdade de oportunidades para que as pessoas participem do jogo de mercado. O problema com o chamado Estado de bem-estar social não é o de que as pessoas não tenham direito a certo padrão de vida considerado satisfatório; o problema é que o Estado não pode garantir isso de forma permanente. A política da social-democracia resulta numa carga elevada de gastos públicos, que reduz o potencial de investimento produtivo da economia e que afeta as taxas de crescimento e o desenvolvimento econômico. As benesses do Estado de bem-estar são temporárias, elas são rompidas tão logo o desempenho da economia se mostre insatisfatório, como ocorreu na experiência europeia do pós-guerra na qual, uma vez implantada o modelo, ele perdurou somente até o início dos anos 1980 quando, diante da crise econômica dos principais países da Europa ocidental, foi preciso revisar ou quase eliminar o sistema de assistencialismo do Estado. Também o modelo liberal, em que o Estado basicamente cuida da lei e da segurança, de problemas de externalidades negativas e da produção de alguns bens públicos, não funciona por ser muito restrito: em qualquer estágio de desenvolvimento nunca se assegurará que as igualdades de oportunidade estarão estabelecidas em níveis seguros. Há sempre casos em que algumas pessoas estejam sendo privadas de sua oportunidade de liberdade, quer por um incidente, por uma deficiência congênita, quer seja porque o indivíduo fracassou em ser providente, entregou-se a comportamento autodestrutivo do vício ou coisa assim. Então diferentemente do modelo ultraliberal, asseveramos a participação internamente do Estado, pois a questão das oportunidades individuais é um problema a ser constantemente enfrentado.

Não obstante isso, a política social como viceja hoje no Brasil não necessita continuar para sempre com essa atual preocupação de ensino e saúde universais, gratuitos e de qualidade. Tudo isso pode ser comprado no mercado, desde que as pessoas tenham renda. Também as políticas compensatórias terão um prazo finito de vida, na medida em que o público-alvo de suas ações de existir, simplesmente porque com o desenvolvimento social nenhuma pessoa continuará sendo suficientemente pobre e faminta para se encaixar no programa. Os poucos que substituírem serão facilmente amparados pela caridade do setor privado. Nesse grau de desenvolvimento, o país seguramente viveria com nível de impostos e participação do estado muito menor do que o atual. O setor privado será então mais dinâmico: desonerado da carga imensa de impostos e de requisições trabalhistas, gerará muito mais empregos. Com impostos módicos, haverá menos sonegação e informalização das atividades econômicas.

Mas isso é quase a descrição de uma utopia geral: uma condição de desenvolvimento que nos desobriga de sustentar a imensa e dispendiosa máquina do Estado, reduzido agora a um modesto aparato, e em que os esforços produtivos poderão operar de modo seguro, desimpedido e quase sem ônus para a realização de nossas demandas materiais e, com isso, de nossas utopias pessoais, conforme asseveramos. Até lá, há um longo caminho a percorrer, especialmente do ponto em que se encontra o Brasil com todas as suas mazelas sociais. Até esse futuro distante, o modelo vigente na política será mesmo o da social democracia: Um Estado que confere relativa liberdade aos negócios, mas que onera a produção com o fardo de financiar seus pesados programas sociais. Não se tem como fugir muito disso no curto e médio prazos.

Um Estado comprometido enormemente com a política social e com os custos financeiros de uma dívida dificilmente poderá levar adiante, somente ele, os investimentos de que a sociedade tanto precisa. Para tanto, é imprescindível a construção de uma forte parceria com o setor privado para os investimentos-chaves, de modo a aparelhar a economia com uma infraestrutura física razoável na oferta de energia, de rotas de comunicação por terra, portos, hidrovias, sistemas de armazenamento da produção, aeroportos, redes de comunicação por telefone e Internet, e outros tantos requisitos de uma economia dinâmica.